

O ENSINAR E O APRENDER COM A TERCEIRA IDADE

Flávia da Silva Oliveira¹
Rita de Cássia da Silva Oliveira²

O envelhecimento se apresenta como um processo natural e a velhice é uma invenção social emergente da dinâmica demográfica, da estrutura social vigente, das ideologias dominantes e dos valores e culturas dominantes. O Brasil está envelhecendo. O país apresenta um quadro de envelhecimento de sua população que permite vislumbrar um aumento significativo do número de idosos, muitos deles vítimas de discriminação e marginalização social. Segundo o IBGE, no ano 2.025 o Brasil será o sexto país mais idoso do mundo. Nesse contexto, a população da terceira idade necessita de maior atenção da sociedade civil e política. A educação permanente acompanha o indivíduo durante toda a vida, tem um papel relevante, possibilita ao idoso promover ações de integração, para o resgate de sua dignidade, de sua participação como cidadãos produtivos e partícipes nas atividades da sociedade. Porém é necessário ressaltar que essa faixa etária apresenta especificidades que precisam ser consideradas, exigindo uma metodologia e uma postura de professor diferenciadas.

Palavras chaves: gerontogogia, educação permanente, formação de professores, terceira idade, gerontologia

O tema Terceira Idade, de uma década para cá, tem despertado um interesse maior em diferentes segmentos da população e evidencia-se na pauta de discussões sobre os problemas da sociedade brasileira. Sem dúvida, pode-se atribuir essa maior efervescência e preocupação ao fato do Brasil apresentar na sua demografia social um avanço significativo dessa faixa etária da população e, a tendência é ampliar mais, devido a longevidade que constitui uma realidade incontestável.

Parece necessário refletir sobre o processo de envelhecimento e a velhice, sabendo-se que se constitui em um conceito histórico e culturalmente

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda em Gestão Educacional. E-mail: flavia1979@bol.com.br

² Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professora do Mestrado da Faculdades Católicas de Palmas. E-mail: soliveira13@uol.com.br

construído. Portanto, sendo o idoso uma invenção social, hoje comprova-se como emergente da dinâmica demográfica, do modo de produção, da estrutura social vigente, das ideológicas dominantes, dos valores e culturas preponderantes.

Ao longo da existência humana, existem fases como a juventude e a velhice, mas não podem ser consideradas concepções absolutas porque são revestidas de interpretações e relativadas historicamente. Entretanto, embora conceitos construídos ao longo da história e inseridos na dinâmica dos valores e das culturas não configuram qualquer substancialidade absoluta no ser da velhice ou da juventude.

O enigma da velhice ainda se constitui como um mistério da vida que ultrapassa a razão humana. A preocupação sobre o tema tem despertado interesse da população variando entre a mera especulação do cotidiano e a objetividade da ciência. Dessa forma, entre os aspectos positivos e negativos, reflete-se uma abordagem contraditória, porém, uma reflexão com realismo e bom senso sobre o idoso e o contexto em que está inserido, configura-se como primordial.

As definições de velhice apresentam-se em resultante da diversidade de enfoques existentes e convergem ao redor de denominadores comuns, revestidos do entendimento de diferentes estudiosos sobre os fatores relevantes de tal definição entre os quais pode-se citar: cronológico, biológico, psicológico, social e espiritual.

Portanto, torna-se indispensável a abordagem de múltiplos e diferentes critérios que incidem sobre a caracterização do que é velhice.

A velhice apresenta valorações diferenciadas conforme a época e a sociedade. Sobretudo constitui um problema social não restrito apenas ao poder público, mas na questão que emerge da sociedade em toda sua amplitude, sendo necessária, por todos, a sua conscientização.

A velhice se insere ativamente na dinâmica dos valores e na diversidade das culturas, as quais elucidam e enunciam algo sobre o seu ser, adquirindo especificidades inerentes a cada sociedade.

A idéia de envelhecimento, e o conceito de velhice suscitam uma complexidade e ambigüidade que exigem reflexão.

Dentro da vasta extensão territorial brasileira, só se pode entender o idoso delineando múltiplas realidades e aspectos nos diferentes cenários e características regionais que ora são diversificadas e contrastantes e ora se complementam.

Dentro desta construção sócio-histórica da velhice, MOODY (1976) nos oferece quatro modelos de percepção relacionados com as pessoas da terceira idade. Constituem, de certa maneira, quatro situações ou estágios no âmbito cultural com respeito à compreensão e atitude frente ao tema.

O primeiro estágio denominado repulsão refere-se às atitudes negativas praticadas na sociedade sobre o envelhecimento. A sociedade capitalista baseia-se na produtividade visando essencialmente o lucro. Nesse contexto, o idoso é considerado improdutivo e excluído do sistema de produção. Sob esse aspecto repousa de maneira inconsistente a justificativa para muitos procedimentos inadequados e injustos vitimando os idosos, entre eles, a educação que pouco contempla essa faixa etária por não acreditar em um retorno futuro.

Esse modelo retrata um aspecto involutivo da pessoa humana quando por ocasião da velhice reforçando a diminuição de algumas funções, atribuindo um quadro de incapacidade generalizado com ênfase no declínio cognitivo. Decorrente dessa situação, o idoso é marginalizado passando a ser referenciado pela sociedade como um “peso” e alto custo para a previdência social. Indiscutivelmente, retrata uma realidade dolorosa e real de discriminação, alienação e preconceitos.

O segundo estágio refere-se a uma forma de percepção relacionada com os serviços sociais. Trata-se de entretenimento, mantendo os idosos ocupados pela atividade dentro de uma perspectiva não de produtores mas de consumidores dentro da sociedade. Refere-se, portanto, a diferentes maneiras de ocupar os idosos no seu tempo de lazer através de atividades diversificadas,

apoiada na situação econômica da clientela, apresenta diferentes possibilidades de envolvimento e atuação.

A atenção dispensada pelo segmento da sociedade que encara a velhice sob esse modelo procura adaptar o ambiente às necessidades e circunstâncias dos idosos para que possam desfrutar o que lhes for oferecido dentro de uma perspectiva consumista. As revistas, por exemplo, passam a ser escritas com letras maiores visando facilitar a leitura, a locomoção fica facilitada com o gratuidade dos transportes e a integração através da criação de associações específicas para essa faixa etária. Uma visão limitadora e alienante do idoso que o desconsidera como um cidadão capaz de produzir, criar e contribuir efetivamente na sociedade.

Apenas facilitar o acesso do idoso através de transporte gratuito ou acesso as (via vaga) em instituições não resgata uma real participação da qual tem direitos, porque muitas vezes lhe é negado o direito a “ voz”, a se manifestar livremente, expondo seu ponto de vista, comentando e criticando o cenário social.

A experiência de vida acumulada e um olhar diferente que essa clientela possui sobre as questões sociais contribuem positivamente para reflexões e busca de soluções. Entretanto, nessa visão o idoso continua sendo discriminado e desconsiderado apenas abordado como um bibelô que quando ocupado com diversões e lazer “não incomoda” e “não se mete” onde não deve, porém, além desse aspecto, a discriminação é reforçada também pela desigualdade econômica, onde os que têm poder aquisitivo viajam, freqüentam bons clubes, teatros, restaurantes, porém, em contra partida, os que não desfrutam de uma situação economicamente privilegiada, acabam limitando o lazer a TV, redejindo o grupo de amigos aos passeios de sol em praça próxima da residência e mesmo a missa dominical.

O assistencialismo também é uma formas de alienação, por certo velada mas não menos cruel e alienadora do que a exposta.

O terceiro estágio refere-se à participação, preparando-os para assumirem novos papéis ativos e desafiando estereótipos que buscam definir

negativamente a terceira idade de forma apriorística. A atividade criteriosamente selecionada se converte em condição fundamental para uma vida com êxito.

A educação assume papel relevante nesse modelo, como condição para permitir ao idoso viver e acompanhar as constantes evoluções da sociedade, adaptando e participando ativamente nesse ritmo acelerado de mudanças. A concepção de educação permanente deve ser evidenciada através de cursos de atualização em diversas áreas com o alvo de público a terceira idade.

A educação se configura como uma alavanca de resgate para a auto estima, auto confiança, qualidade de vida dessa faixa etária.

Esse terceiro modelo reforça a participação e integração do idoso na sociedade repudiando a segregação e o isolamento da população idosa. Mas aqui repousa como relevante um questionamento: esse modelo é vivenciado pelos idosos brasileiros? Existe algum critério significativo para essa constatação? A realidade constata verdades que contrastam e o fator econômico, na sociedade capitalista surge como um aspecto determinante, haja vista que apenas de uma década para cá, as respostas via pesquisa científica e o precário interesse da sociedade civil e da política sobre essa clientela se evidencia com mais consistência.

O quarto estágio é o da auto-realização. A terceira idade é descrita como um período de crescimento, de criatividade com avanços respaldados na experiência acumulada ao longo dos anos de vivência do indivíduo. É vista como um período com características próprias quando muitos projetos e atividades que até então não haviam sido realizados acenam para a concretização, buscando o crescimento e a satisfação pessoal.

Pela valorização da criatividade, a deterioração intelectual não é atribuída à idade mais avançada, mas é considerada uma questão de diferenças individuais. Por isso, as atividades e a participação social são aspectos relevantes que possibilitam a melhoria do perfil funcional dos indivíduos dessa faixa populacional. Atribuir ao idoso uma visão paternalista, assistencialista ou que reflita pena é reduzi-lo em todas as suas capacidades. Ressaltar as

potencialidades dessa clientela mas não abrir um espaço social para que possam atuar não representa menos frustrante. A valorização do idoso não deve ser apenas em discursos ou atitudes isoladas, mas uma consciência coletiva para que sintam-se integrados e partícipes do contexto social ao qual estão integrados. O idoso precisa se sentir como um ator dentro de um cenário nacional.

Esses modelos estão presentes na consciência coletiva e podem avaliar intervenções sociais e formas de superar os modelos pré-estabelecidos sobre a terceira idade.

Nestes modelos existem diferentes considerações da velhice. Considera-se negativo e inadequado o primeiro e, bastante limitado o segundo. O terceiro e o quarto podem se tornar como pontos de referência importantes para estabelecerem diferentes programas e atividades de intervenção.

Na sociedade brasileira, na maioria das vezes, segundo opinião dos diferentes autores como GAIARSA, J. A. *Como enfrentar a velhice*, São Paulo, Cortez, 1985; FRAIMAN, A. F. *Coisas da Idade*, São Paulo, Hermes, 1991, NERI, A. L., *Envelhecer num país de jovens*, Campinas, Unicamp, 1991, SALGADO, M. *Velhice: uma nova questão social*, São Paulo, Sesc, 1991 convive com um conceito pejorativo da velhice, acrescido do descaso geral com relação a essa faixa etária.

Dessa forma, a terceira idade apresenta-se muitas vezes com abordagem contraditória, ora reforçando aspectos positivos ora negativos. Mas é necessário, sobretudo, uma análise com realismo e bom senso dentro do contexto no qual o idoso está inserido.

Certamente, é muito difícil, justamente por essa variedade, a existência de uma única teoria que dê conta de todos esses enfoques. Dessa forma, são muitas as teorias que contemplam as causas do envelhecimento. Não existe uma teoria geral do envelhecimento e aquelas que se têm propostas são parciais sendo reduzidas em sua concepção ou específicas em seu caráter.

A omissão da sociedade política e civil com relação a essa clientela quando por desconhecimento é perdoável, porém por ignorância rejeitando refletir

sobre o tema e as diferentes formas que essa clientela é tratada na sociedade é insustentável.

São modelos que cada um pode se flagrar numa posição e ora pendendo para uma e para outra. Ler sobre o tema, conhecer as diferentes implicações que o envolve parece ser o caminho mais sólido para um posicionamento frente a essa questão da longevidade.

O tempo na vida de qualquer ser é inexorável. Contraditoriamente, todos os homens querem viver muito, mas ninguém quer envelhecer. Viver assume a conotação de dádiva, enquanto envelhecer liga-se a castigo. Mas, dissociar um aspecto do outro é impossível.

Conforme Mosquera (1978) esclarece, a velhice não pode ser vista como um acidente, é um destino que se apodera da pessoa e que muitas vezes a deixa estupefada ante as suas marcas e conseqüências.

A velhice é muitas vezes definida como estado de uma pessoa de idade avançada, o que subentende que a sua expectativa de vida está diminuída e que possui menor tempo para viver.(LAFORREST,1991).

Portanto, a juventude e a velhice não são interpretações absolutas, mas interpretações sobre o percurso da existência. Como interpretações, em contrapartida, essas concepções se transformam historicamente e, por serem conceitos construídos historicamente, não existe qualquer substancialidade absoluta no ser da velhice.

A terceira idade, na sociedade brasileira, reveste-se de preconceitos. A sociedade capitalista baseia-se na produtividade, visando essencialmente ao lucro. Em tal contexto, o idoso é considerado improdutivo e excluído do sistema de produção. Referente a esse aspecto repousa, de maneira inconsistente a justificativa para muitos procedimentos inadequados e injustos vitimando os idosos, entre eles, a educação, que pouco contempla essa faixa etária por não acreditar em um retorno futuro.

E mais, essa visão é reforçada pelas teorias biológicas do envelhecimento, as quais retratam essa fase da vida como uma involução com

processo degenerativo, constituindo-se extremamente negativa e pessimista, na medida em que pela diminuição de algumas funções, atribuem ao idoso um quadro de incapacidade generalizada, com ênfase no declínio cognitivo. A sociedade precisa urgentemente compreender que se tornar velho não significa ser senil, enfermiço e assexuado.

A aproximação da velhice não reduz drasticamente qualquer faculdade do indivíduo, impedindo-o de continuar ativo e útil ao grupo social a que pertence. No entanto, é vista geralmente como época de declínio físico e mental. Entendida como uma etapa de decadência, leva a uma decadência do status econômico e do status social.

As pessoas que recebem o qualificativo de “velhas” são percebidas de forma estereotipadas e consideradas como enfermas, solitárias, tristes e/ou abandonadas.

Toda a experiência da velhice supõe, por conseguinte, uma dimensão adversa que não se pode negar ou ignorar. Mas supõe, ao mesmo tempo, uma dimensão positiva não menos real, quando o envelhecimento é encarado como um processo natural e não como doença terminal.

Mesmo que se entenda a velhice como um processo que acontece naturalmente na vida das pessoas, é preciso reconhecer que a convivência social dos idosos é reduzida e, em decorrência disso, ocorre a diminuição de suas interações sociais. Isso se deve ao fato de a pessoa idosa geralmente diminuir sua participação na sociedade, abandonando também seu papel social principal, o que diretamente retrai sua vida em sociedade.

Talvez isso aconteça porque as políticas sociais reforçam e valorizam a força jovem, olvidando a participação que os idosos tiveram, induzindo-os a reformular seus valores e sentimentos devido à ausência de tempo para concretizá-los

Esse panorama, explicado pela Teoria da Desvinculação, favorece diretamente a separação e a falta de solidariedade entre gerações, ao mesmo tempo em que esse falso compromisso e diminuição da responsabilidade social

dos idosos não corresponde à observação da realidade, uma vez que os idosos reclamam atividades, participação nas decisões e integração social para se sentirem úteis.

A idade não pode ser considerada como aspecto negativo, mas focalizada como sinônimo de experiência, sabedoria acumulada ao longo dos anos que os idosos podem transmitir aos jovens.

À proporção que o indivíduo envelhece existe uma modificação significativa nos papéis sociais que desempenha, carecendo até certo ponto de definição mais objetiva, de propósito e de identidade. Esses papéis precisam ser substituídos, caso contrário, o idoso interioriza uma anomia, tornando-se alienados da sociedade e de si mesmo.

Um ponto essencial para reverter essa situação é a valorização da velhice, atribuindo aos idosos novos papéis socialmente valorizados, talvez acompanhados de uma forma de remuneração, o que lhes garante em primeiro lugar um complemento econômico e depois porque a sociedade atualmente valoriza as atividades vinculadas ao dinheiro, desmerecendo o trabalho gratuito.

Dessa maneira, os processos educativos, nas sociedades industriais, deveriam valorizar o capital cultural e as atividades dos idosos, porém esse ainda é um terreno com atividades precárias.

A sociedade se caracteriza pela desigualdade e por conflitos. No sistema capitalista, o trabalho está controlado e organizado pelas classes superiores para proteger seus interesses sócio-econômicos, gerando uma alienação das classes inferiores. Os idosos situam-se em uma posição marginal dentro da sociedade capitalista.

Esse panorama com relação ao idoso não é exclusividade do capitalismo, essa situação desprivilegiada dos anciãos, referente aos aspectos econômicos e sociais, permeia a história da humanidade em muitas sociedades.

A educação pode mudar esse contexto desprivilegiado dos idosos e vem, de fato, despontando nessa área social com ações de grande importância para tal segmento da população. Entretanto, não se pode atribuir a ela fórmulas mágicas,

capazes de levar os idosos a romperem de um momento para outro com os estigmas sociais que lhes são atribuídos. Por outro lado, é pertinente referenciar que ninguém muda com a idade, apenas pode acentuar mais alguns procedimentos que apresentava enquanto jovem. O jovem que continuamente reclama de tudo que acontece ao seu redor, manifestando uma insatisfação geral, possui grandes chances de se tornar um idoso ranzinza, acentuando apenas sua maneira de ser contestadora e descontente.

A educação poderá ser útil e eficaz no combate a negatividade estereotipada para a terceira idade. Todavia, no Brasil, existe um consenso quanto à necessidade de educar a população, como perspectiva de um processo de modernização, na medida em que a opção sócio-econômica definiu os objetivos que se chocam como prioridade à educação. Muito ainda há por se fazer para que essa meta seja realmente efetivada e se desvincule dos discursos para assumir a praticidade da qual é imprescindível.

A educação deve ser vista, pois, como finalidade do processo civilizatório e na prática também deve ser encarada como prioridade no processo de modernização do país. De forma alguma pode ser entendida como um fenômeno isolado, nem tampouco ser relegada ou confundida como simples instrumento de promoção de indivíduos em busca de ascensão social.

A educação é um direito de todos. Não educação compensatória, procurando recuperar o tempo perdido e relegando a segundo plano o critério da qualidade. Como afirma Buarque (1991) a educação precisa ser educada. O Brasil precisa entender o próprio Brasil com olhos brasileiros, com objetivos brasileiros, com as especificidades de seus valores culturais e das possibilidades naturais, visando criar instrumentos que permitam a modernização real do país. A educação precisa ser considerada como a manifestação do compromisso maior da sociedade que busca quebrar barreiras sociais, possibilitando uma real democracia, igualdade de participação e exercício da cidadania de todos os indivíduos.

A educação, em seu conceito mais amplo, nas suas diversas modalidades, passa a ser compromisso da sociedade civil e política com toda a população, não se restringindo a um preceito constitucional com limitações de idade.

Os idosos também possuem potencial a ser desenvolvido, e a impotência dessa clientela com relação à aprendizagem não é senão um preconceito criado e sustentado socialmente. O idoso é capaz de aprender, como também de se adaptar às novas condições e exigências de vida. Apenas deve ser respeitado o próprio ritmo individual que, muitas vezes, pode evidenciar-se mais lento do que na juventude. Ritmo diferenciado não se identifica com incapacidade.

Os fatores sociais como origem, nível de instrução alcançado e profissão, exercem influência significativa no desempenho dos idosos na aprendizagem, mais do que uma determinação biológica ou de pretendidas características de idade. (ANGULO, 1991).

Para muitas pessoas de idade, o que falta é uma técnica de aprendizagem. Por exemplo, para respeitar uma posologia medicamentosa, o médico deverá oferecer ao idoso um número maior de explicações, expor como usar o medicamento e o porquê do mesmo, além de ressaltar as conseqüências que uma não observação na tomada do medicamento levaria.

Dessa maneira, Angulo (1991) salienta que a apresentação rápida aos idosos de um material novo a aprender, incomoda mais que aos jovens, porém, a supressão do fator tempo faz com que essa diferença desapareça. O mesmo autor atribui ao fator insegurança alguma dificuldade de aprendizagem e não à deterioração de qualquer faculdade.

Entretanto, os idosos são mais sensíveis a perturbações exteriores como pausas, barulhos, não deixando de considerar o fator saúde, que quando debilitado, pode ser determinante. Também, devido à certa lentidão na corrente dos processos neuropsíquicos que se acentuam com o avanço dos anos, são necessários outros métodos e um espaço de tempo maior para que possam obter máxima eficiência em novos hábitos. Respeitado esse tempo, os idosos

despontam capazes de adquirir e dominar as novas condições e conhecimentos a eles apresentados.

As faculdades intelectuais nada sofrem com o envelhecimento e podem se desenvolver com o passar do tempo, como por exemplo, o conjunto de conhecimentos, o julgamento prático, a aptidão de dominar situações difíceis e o desembaraço verbal. Portanto, a capacidade de aprendizagem não é afetada pela idade, antes é facilitada pela associação com experiências anteriores no já conhecido processo de assimilação - acomodação definido por Piaget.

Segundo Arnhoff (1964), pesquisas realizadas, não obstante o declínio biológico, os idosos podem aprender tão bem como os jovens, podendo ser melhores na aprendizagem dos aspectos práticos e executarem tarefas com maior habilidade do que muitos jovens realmente as praticam.

Entretanto, um aspecto marcante é a ansiedade. Trata-se da impaciência com que é flagrada a sociedade atualmente. Diante dessa neurose de velocidade, para muitos torna-se incompatível e até perda de tempo aceitar um ritmo mais lento por parte dos idosos.

Na sociedade brasileira prevalece a mística do envelhecimento, que se transmite para a realidade cotidiana das pessoas e, através da qual, despreza-se ou abandona-se tudo aquilo que envelhece.

Como afirma Gaiarsa (1989, p.18), *“ser velho além de um fato, é um conjunto de convenções sociais da pior espécie”*. Não se sabe o que pesa mais sobre os velhos, se a idade ou a idéia que fazem de si mesmos, movidos pelo modo como são tratados, levados pelas idéias cristalizadas na sociedade, que tantas vezes apresentam-se vingativas e orientam o comportamento da maioria frente a eles mesmos.

A pressão social atua no sentido de negar a velhice enquanto tal, valorizando a pessoa que consegue disfarçá-la fisicamente (velhos bem conservados) e ou psicologicamente (velhos de espírito jovem). O velho sábio desapareceu da realidade brasileira, permanecendo apenas como um conceito abstrato.

Não se pode desconsiderar a educação como uma das formas para a transformação da sociedade e a sua importância enquanto processo contínuo, como fato existencial, cultural, intencional, social, exponencial, teleológico (PINTO, 1989), de onde emerge a consciência transformadora, crítica, participativa que atua principalmente no resgate do valor e da capacidade individual. Outro aspecto indicado como relevante argumento para a implantação de programas para a terceira idade, enfatizando a atualização e enriquecimento dos idosos e defesa da docência na terceira idade é a educação permanente.

A educação constitui um processo em que cada ser humano aprende a se formar, a se informar a fim de transformar-se e transformar o meio em que se insere. O homem é um ser inacabado que tende à perfeição; em consequência a educação se torna um processo contínuo que só termina com a morte. A educação não é apenas conservadora porque assim aceitaria que a situação atual é ideal, porém, ela trás o germe da mudança, tornando-o por isso o instrumento de reavaliação das utopias.

Portanto, a educação é vista como um processo contínuo que se realiza em todas as situações em que o homem vive e por isso não pode ser ligada apenas a um determinado momento da vida. A idéia de que a educação é um processo permanente e que a aprendizagem dura a vida inteira é fruto não só da evolução histórica do pensamento sobre a educação, como também da necessidade de uma educação contínua que atenda às situações de mudança e ainda possibilite a maturação do indivíduo.

Conceber a educação como processo permanente não é apenas um ideal, mas uma evidência prática que se impõe, uma necessidade pedagógica, sócio-econômica e antropológica. A própria expressão “educação permanente” abarca elementos bastante distintos, dessa forma, originando conceitos diversificados e complementares, como a educação de adultos, formação profissional continuada, democratização da cultura, entre outros.

Barcia (1982, p.63) conceitua educação permanente *“como um processo de afirmação do indivíduo através da tomada de consciência para um*

autodeterminismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver” .

A educação permanente, segundo Pierre Furter (1973, p.136), não pode ser reduzida a uma simples educação extra-escolar, nem complementar, nem de adultos ou prolongada. Mas abre novas perspectivas no campo educacional, preconizando uma reestruturação e redefinição das estruturas vigentes no que diz respeito à educação de qualquer país. Complementando essa idéia, Garcia (1989, p.136) afirma que a educação permanente *“supera as dicotomias anteriores e se coloca como aquela que mais condiz com as características que vêm assumindo o relacionamento homem/mundo tecnológico”*.

A idéia de totalidade é a que melhor exprime o ponto de partida da educação permanente, na medida em que focaliza o homem em toda sua dimensão, imerso na sua problemática existencial, na qual os aspectos biológicos e sociais são importantes, assim como a própria história de vida individual.

Ao mesmo tempo, a educação permanente é a que melhor responde à necessidade de uma educação para a mudança, exigindo pessoas que se integrem ativa e criativamente, para melhor responderem aos desafios que nem sempre podem ser equacionados. A educação é práxis, na qual a interação homem/situação é muito mais dinâmica e real, acentuando as modificações do ambiente que se refletem no homem e vice-versa. (GARCIA: 1989, p.21).

A flexibilidade da educação permanente reside no fato de admitir a conversabilidade como característica dominante do mundo real. Gadotti (1985) reforça isso quando afirma que a educação permanente é a necessidade de uma educação fora da escola que se prolonga durante toda a vida, uma necessidade de continuar constantemente a formação individual. Considera, também, o autor que a educação permanente consiste em um discurso ideológico, pois as ideologias estão subjacentes aos discursos e práticas educativas, constituindo um pensamento estruturado, defendendo outros interesses. A educação permanente pode também ser traduzida pelo aumento de formação profissional e crescimento individual das pessoas.

Dessa maneira, Mosquera (1975, p.141) conclui que “a *educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço.*”

Assim, com base nessas idéias, busca-se espaço para os idosos dentro das diferentes instituições, entre elas a universidade, que deve assumir o papel de agente facilitador do desenvolvimento de uma educação permanente, articulando-se continuamente com a sociedade, visando à difusão de conhecimentos e conversão de conteúdos em uma força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade.

Paralelamente, combate-se a idéia de a universidade se constituir um gueto, ou seja, ficar isolada do seu contexto social, voltando-se para dentro de si mesma, não contribuindo para a elevação do nível cultural da sociedade.

As universidades, assumindo também a tarefa de desenvolvimento cultural da clientela idosa, ampliam o seu compromisso social, integrando aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento, exclusão convencional à idade e, por conseguinte, levando-os a usufruir os bens advindos com esta proposta.

Os programas oferecidos pela Instituições de Ensino Superior são formas alternativas de atendimento ao idoso e também aos indivíduos que vão envelhecer. Além da valorização do idoso, visam também a uma maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população no país.

Os programas para a terceira idade não devem assumir uma conotação meramente assistencialista ou de lazer porque, de certa maneira, essa constatação não deixa de ser uma forma sutil de marginalizar e alienar essa clientela na sociedade. Neles, deve ser privilegiada a aprendizagem, por um lado confrontando-se com o rompimento do preconceito de que os idosos têm menor capacidade de aprendizagem e, por outro lado, fazendo emergir a aprendizagem

com sabor de conquista, de vitória, elevando assim a auto estima e imagem do idoso.

A inexistência de uma metodologia específica voltada para essa clientela é evidente mas, ao mesmo tempo, não se pode negar a especificidade por ela reclamada.

Os programas voltados para a terceira idade, na grande maioria contemplam uma clientela heterogênea quanto à escolaridade e, para alcançarem êxito, a docência deve buscar procedimentos metodológicos adequados, permitindo um entendimento do conteúdo nos diferentes enfoques abordados. Para isso, torna-se imprescindível o professor relacionar todos os conhecimentos novos e informações apresentadas com o cotidiano, para que possa ser despertado o interesse paralelamente com a percepção da relevância dos conteúdos. Aceitar e respeitar o ritmo do idoso no processo ensino-aprendizagem constitui também ponto relevante.

O importante é a criação de um ambiente alegre, acolhedor e prazerosos, porém, não preocupado em apenas manter os idosos ocupados, mas torná-los produtivos, incentivando-lhes a criatividade e o desenvolvimento do potencial individual. Para isso, é papel também do professor propiciar uma participação efetiva dos idosos na sociedade através de serviços voluntários, despertando neles o sentido de utilidade, desenvolvendo-lhes a capacidade crítica e a liberdade de expressão.

É importante entender que a idade madura e a velhice são na vida humana, anos de produtividade, sabedoria e discernimento, para só assim se conseguir superar o estigma de que a capacidade de aprendizagem no idoso diminui.

Os estereótipos e mitos criados sobre os idosos florescem na sociedade brasileira e justamente pelo diálogo, pela crítica do real, pela interação professor idosos, procura-se desmistificar e clarificar os preconceitos cristalizados que limitam e oprimem essa faixa etária. A busca do reconhecimento da velhice como mais uma etapa da vida, reforçando o conceito de cidadania, na qual são

vislumbrados direitos e deveres de maneira equilibrada, o resgate da qualidade de vida e função social do idoso na realidade brasileira, substanciam-se como prioridades para os estudiosos da área. Porém, só serão conquistadas quando a sociedade civil e política tomar consciência do envelhecimento como um processo coletivo que envolve e vence a todos.

O ensinar e o aprender com a terceira idade, fundamentado nas experiências, no capital cultural e pela convivência no cotidiano, assume uma dimensão holística, com base integrada e unificada, procura buscar dentro de cada um a experiência de unidade consigo mesmo, com os outros e com o universo, em nível mental e emocional, para que toda essa diversidade não desmantele a personalidade individual e conseqüentemente a “personalidade social”.

REFERÊNCIAS

- ANGULO, Marcos S. *A aprendizagem na terceira idade sob o ponto de vista geriátrico*. In: Cadernos para a terceira idade, Sesc, São Paulo, 1991.
- ATCHLEY, R. *The sociology of retirement*. Schenkman, Cambridge, 1976
- ARHNOFF, Franklin. *Concepto del envejecimiento*. Madrid, Morata, 1994.
- BARCIA, Mary F. *Educação Permanente no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- FURTER, P. *Educação e vida*. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo, Cortez, 1985.
- GAIARSA, José. *Como enfrentar a velhice*. São Paulo, Ícone, 1989.
- GARCIA, Valter. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1989.
- LAFOREST, Jacques. *Introducción a la Gerontología*. Barcelona: Herder, 1991.
- MARDEGAN JR. Elyseu. *A idade do lobo*. São Paulo: Mercuryo, 1993.

- MOODY, H.R. *Philosophical presuppositions of education for old age*. Educational gerontology, n.1, p 1-16, Barcelona, CEAC, 1989.
- MORAGAS, M. *Gerontologia social: envejecimiento y calidad de vida*. Barcelona, Herder, 1991.
- MOSQUERA, Juan J. *Educação: novas perspectivas*. Porto Alegre, Sulina, 1975.
- NERI, Anita. *Envelhecer num país de jovens*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia. *Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis*. São Paulo, Paulinas, 1999.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições de educação de adultos*. São Paulo, Cortez, 1989.
- SALGADO, Marcelo. *Velhice uma nova questão social*. São Paulo, SESC, 1991.
- SIMÕES, Regina. *Corporeidade e terceira idade*. Piracicaba: Unimep, 1994.
- STEGLICH, Luiz A . *Crises normais na vida adulta*. Passo Fundo: UPF , 1992.
- VEGA, J.L. *Dessarollo adulto y envejecimiento*. Sintesis, Madrid, 1995.
- VERAS, Renato. *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1995.